

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.276 - MG (2020/0071666-5)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : JEFFERSON FLAVIO SANTOS (PRESO)  
**RECORRENTE** : RENATO VITOR FONSECA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DIOGO EURIPEDES BORGES VALLE - MG192403  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JEFFERSON FLAVIO SANTOS e RENATO VITOR FONSECA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais proferido no HC n.º 1.0000.20.011665-5/000.

Consta dos autos que a prisão em flagrante dos Recorrentes foi convertida em preventiva, em 04/02/2020, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, do Código Penal, pois teriam subtraído o estepe de um automóvel (fls. 99-100).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 160-167).

Em suas razões, sustentam os Recorrentes, em síntese, a falta de fundamentação do decreto prisional, pois foi proferido de forma genérica e com base na gravidade abstrata do crime.

Alegam, ademais, a ausência dos requisitos dispostos no art. 312 do Código de Processo Penal e a suficiência das medidas cautelares diversas da prisão.

Salientam que o simples fato de serem reincidentes e de serem acusados como supostos autores de outros delitos de furto de estepes na cidade não "*não é elemento concreto para fundamentar violação da ordem pública*" (fl. 185), conforme os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e da presunção de inocência.

Ressaltam, outrossim, que "*mesmo se ambos Recorrentes viessem a ser condenados, mesmo possuindo a reincidência, poderá o Juízo de 1ª instância substituir a pena restritiva de liberdade em pena restritiva de direito, conforme art. 44, §3º do Código Penal*" (fl. 187).

Requerem, ao final, liminarmente, a concessão do direito de

permanecerem em liberdade até o julgamento deste *writ*.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente em razão do Tribunal de origem, no acórdão combatido, ter consignado que "***os autuados ostentam diversos registros em sua Certidão de Antecedentes Criminais, sendo um deles inclusive, reincidente específico, o que, em tese, revela a personalidade dos autores voltada para a prática de condutas delitivas e seu descaso com o Poder Judiciário (CAC e FAC às fls. 130/148)***" (fl. 164; sem grifos no original).

Dessa forma, ao menos no presente juízo de cognição sumária, entendo que a fundamentação apresentada pela instância ordinária não se mostra desarrazoada ou ilegal, pois foi ressaltada a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, em razão do risco concreto de reiteração delitiva.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, "***a preservação da ordem pública justifica a imposição da custódia cautelar quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade***" (RHC 113.422/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2019, DJe 23/10/2019; sem grifos no original.)

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo preliminar, devendo a controvérsia ser decidida pelo Órgão Colegiado após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau, em

# *Superior Tribunal de Justiça*

especial sobre a atual situação prisional dos Recorrentes e se há previsão para o julgamento da causa, e ao Tribunal de origem sobre o alegado na presente impetração, que deverão vir acompanhadas de outros documentos eventualmente reputados úteis à compreensão da controvérsia e com a chave de acesso ao processo eletrônico.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora